

Racional Engenharia Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e aos cotistas da

Racional Engenharia Ltda.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Racional Engenharia Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Racional Engenharia Ltda. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2019.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6



Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

Racional Engenharia Ltda.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2018	2017	Passivos	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	6	97.383	2.265	Fornecedores	16.a	12.246	9.387
Aplicações financeiras	7	20.743	34.444	Obrigações trabalhistas e sociais	14	12.989	13.767
Contas a receber de clientes	8	6.793	20.926	Passivo fiscal corrente	15	2.200	3.189
Adiantamentos a fornecedores	16.b	652	10.746	Imposto de renda e contribuição social a recolher	25	2.394	-
Ativo fiscal corrente	9	2.441	1.815	Adiantamentos de clientes	17	79.317	31.592
Outros créditos	10	648	722	Provisão para garantia de obras	18	5.710	7.602
Total do ativo circulante		128.660	70.918	Outras contas a pagar		928	1.216
				Total do passivo circulante		115.784	66.753
Contas a receber de clientes	8	225	381	Obrigações trabalhistas e sociais	14	1.023	1.914
Depósitos judiciais	19.a	1.857	1.845	Fornecedores	16.a	48	2.748
Ativo fiscal diferido	11	12.279	12.865	Provisão para contingências	19.b	4.856	3.652
Outros créditos	10	437	398	Provisão para garantia de obras	18	2.245	805
Total do realizável a longo prazo		14.798	15.489	Benefícios a funcionários	20	3.172	3.877
				Outras contas a pagar		134	172
Investimentos		85	85	Total do passivo não circulante		11.478	13.168
Imobilizado	12	564	762				
Intangível	13	7.670	7.755	Total do passivo		127.262	79.921
Total do ativo não circulante		23.117	24.091	Patrimônio líquido	21		
				Capital social		21.615	21.615
Total do ativo		151.777	95.009	Ajuste de avaliação patrimonial		(145)	(1.312)
				Lucros (prejuízos) acumulados		3.045	(5.215)
				Total do patrimônio líquido		24.515	15.088
				Total do passivo e patrimônio líquido		151.777	95.009

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Racional Engenharia Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita operacional líquida	22	651.800	279.542
Custos dos serviços prestados	23.a	<u>(596.182)</u>	<u>(262.151)</u>
Lucro bruto		<u>55.618</u>	<u>17.391</u>
Despesas administrativas e comerciais	23.b	(46.788)	(42.147)
Depreciações	12	(209)	(310)
Amortizações	13	(572)	(953)
Outras receitas		<u>1.035</u>	<u>384</u>
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos		<u>9.084</u>	<u>(25.635)</u>
Receitas financeiras	24	3.803	6.356
Despesas financeiras	24	<u>(500)</u>	<u>(1.169)</u>
Receitas financeiras líquidas		<u>3.303</u>	<u>5.187</u>
Resultado antes dos impostos		<u>12.387</u>	<u>(20.448)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	(3.466)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	<u>(661)</u>	<u>7.060</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u><u>8.260</u></u>	<u><u>(13.388)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Racional Engenharia Ltda.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		8.260	(13.388)
Remensuração do passivo de benefício definido	20	<u>1.167</u>	<u>(731)</u>
Resultado abrangente total		<u>9.427</u>	<u>(14.119)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Racional Engenharia Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017		21.615	(581)	38.378	59.412
Prejuízo do exercício		-	-	(13.388)	(13.388)
Perdas sobre as obrigações atuariais	20	-	(731)	-	(731)
Dividendos distribuídos	21	-	-	(30.205)	(30.205)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		<u>21.615</u>	<u>(1.312)</u>	<u>(5.215)</u>	<u>15.088</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	8.260	8.260
Ganhos sobre as obrigações atuariais	20	-	1.093	-	1.093
Imposto de renda e contribuição social sobre as obrigações atuariais		-	74	-	74
Saldo em 31 de dezembro de 2018		<u>21.615</u>	<u>(145)</u>	<u>3.045</u>	<u>24.515</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Racional Engenharia Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		12.387	(20.448)
Ajustes para:			
Depreciações	12	209	310
Amortizações	13	572	953
Juros sobre aplicações financeiras	7	(465)	(5.868)
Reversão / constituição de provisão para garantia em obras	18	(452)	2.806
Provisão para benefício a empregados	20.b	388	447
Baixa / perda na venda de imobilizado e intangível	12	-	29
Constituição de contingências	19.b	<u>6.571</u>	<u>3.111</u>
		19.210	(18.660)
Variações em:			
(Aumento) Redução dos ativos			
Contas a receber de clientes	8	14.289	33.386
Ativo fiscal corrente	9	(627)	(1.242)
Adiantamentos a fornecedores		10.094	147
Depósitos judiciais	19.a	(12)	10
Outros créditos		35	1.866
Aumento (Redução) dos passivos			
Fornecedores	16	159	(9.902)
Adiantamentos de clientes	17	47.725	(11.442)
Obrigações trabalhistas e sociais	14	(1.669)	(2.947)
Passivo fiscal corrente	15	(989)	(3.291)
Outras contas a pagar		<u>(326)</u>	<u>(54)</u>
Caixa gerados pelas (utilizado nas) atividades operacionais		87.889	(12.129)
Pagamento de contingências	19.b	(5.367)	(2.443)
Impostos pagos sobre o lucro		<u>(1.072)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa líquido provenientes das (utilizado nas) atividades operacionais		<u>81.450</u>	<u>(14.572)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras, líquidas	7	14.166	32.273
Aquisição de bens do ativo imobilizado e de bens intangíveis	12 e 13	(559)	(520)
Conta corrente a receber de partes relacionadas	26	-	91
Caixa proveniente da alienação de imobilizado		<u>61</u>	<u>53</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento		<u>13.668</u>	<u>31.897</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Dividendos distribuídos	21.b	<u>-</u>	<u>(30.205)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		<u>-</u>	<u>(30.205)</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		<u>95.118</u>	<u>(12.880)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		2.265	15.145
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		<u><u>97.383</u></u>	<u><u>2.265</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Nota		Pg.	Nota		Pg.
	Base de preparação			Desempenho anual	
1	Contexto operacional	12	22	Receita operacional	43
2	Base de preparação	12	23	Custos e despesas por natureza	44
	Mudanças nas principais políticas contábeis				
3		14	24	Receitas financeiras líquidas	45
			25	Imposto de renda e contribuição social	45
			26	Transações com partes relacionadas	45
	Políticas contábeis				
				Instrumentos financeiros	
4	Principais políticas contábeis	19			
	Normas e interpretações ainda não efetivas				
5		30	27	Instrumentos financeiros	46
	Ativos				
6	Caixa e equivalentes de caixa	31			
7	Aplicações financeiras	32			
8	Contas a receber de clientes	32			
9	Ativo fiscal corrente	33			
10	Outros créditos	33			
11	Ativo fiscal diferido	34			
12	Imobilizado	34			
13	Intangível	36			
	Passivos e patrimônio líquido				
14	Obrigações trabalhistas e sociais	38			
15	Passivo fiscal corrente	38			
16	Fornecedores	38			
17	Adiantamentos de clientes	39			
18	Provisão para garantia de obras	39			
19	Provisão para contingências	39			
20	Benefício a funcionários	41			
21	Patrimônio líquido	42			

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Racional Engenharia Ltda. está sediada em São Paulo, SP, e pertence ao Grupo Racional, sendo controlada pela Racional Participações S.A., e tem como principal atividade a execução de empreendimentos, atuando desde sua viabilidade e pré-construção até sua construção e operação assistida.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Empresa em 29 de março de 2019.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, assim como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 8** - Provisão para perdas de crédito esperadas;
- **Nota Explicativa nº 11** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota Explicativa nº 12** - Definição de vida útil do ativo imobilizado;

- **Nota Explicativa nº 13** - Definição de vida útil do ativo intangível e recuperabilidade do ágio;
- **Nota Explicativa nº 18** - Provisão para garantia de obras;
- **Nota Explicativa nº 19** - Reconhecimento e mensuração de provisões para contingências;
- **Nota Explicativa nº 20** - Mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais;
- **Nota Explicativa nº 22** - Reconhecimento e mensuração de receita de contratos de construção e receita de comissão: determinação se a Empresa atua como agente na transação ou como principal.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Empresa estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao diretor-financeiro.

Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Empresa adotou, inicialmente, o CPC 47 e o CPC 48 a partir de 1º janeiro de 2018.

(i) CPC 47 - Receita de contrato com clientes

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 - Receitas e o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas, entre outras. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. A Empresa deve determinar o momento da transferência do controle em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo.

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bem ou serviços para um cliente.

As 5 etapas são: 1) identificar os contratos com o cliente; 2) identificar as obrigações de desempenho do contrato; 3) determinar o preço da transação; 4) alocar o preço da transação para as obrigações de desempenho do contrato; e 5) reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfaz as obrigações de desempenho.

A receita contratual inclui, atualmente, o valor inicial acordado no contrato mais quaisquer alterações no trabalho contratado, pleitos e pagamentos de incentivos, à medida que seja provável que resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Quando um pleito ou alteração é reconhecido, a medição do progresso do contrato ou do preço do contrato é revista e a posição acumulada do contrato é reavaliada em cada período de relatório.

Segundo o CPC 47, pleitos e alterações serão incluídos na contabilização do contrato quando aprovados.

A Empresa adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada, isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30, o CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

A Empresa atua na prestação de serviços de engenharia e construção civil, sendo a receita total da prestação de serviços reconhecida contabilmente de forma separada de acordo com a sua natureza e com base em seus valores justos.

a. Identificação dos contratos

A Empresa revisou todas as modalidades contratuais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas e demais elementos presentes nos contratos que pudessem ser relevantes na adoção da nova norma contábil.

b. Identificação da obrigação de desempenho

Na data da adoção inicial, a Empresa avaliou os serviços prometidos no contrato com os clientes e identificou as obrigações de desempenho com base na promessa de transferir ao cliente:

- (i) Bens ou serviços (ou grupo de bens ou serviços) que sejam distintos; ou
- (ii) Série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

Bem ou serviço prometido ao cliente é distinto, se ambos os critérios a seguir forem atendidos:

- (a) O cliente pode beneficiar-se do bem ou serviço, seja isoladamente ou em conjunto com outros recursos que estejam prontamente disponíveis ao cliente (ou seja, o bem ou o serviço é capaz de ser distinto);
- (b) A promessa da Empresa de transferir o bem ou o serviço ao cliente é separadamente identificável de outras promessas contidas no contrato (ou seja, compromisso para transferir o bem ou o serviço é distinto dentro do contexto do contrato).

Para a realização dos serviços, a Empresa celebra um contrato com o cliente, no qual são descritos os serviços a ser prestados, prazos para entrega das fases da obra, formas e condições de pagamento, bem como as cláusulas de garantia, bonificação, penalidades e cláusulas atreladas à rescisão do contrato.

Nos contratos firmados com os clientes para a execução serviços de engenharia e construção civil, há a entrega do bem contratado, ou seja, uma única obrigação de desempenho, para esses contratos, o efeito da adoção inicial do CPC 47 é atribuído principalmente ao seguinte:

- (i) Contraprestação não monetária relativo ao custo de obra (materiais e serviços subcontratados) faturados e pagos diretamente pelo cliente, praticados nos Contratos por administração e Contratos Mistos.

Em relação aos contratos por administração e contratos mistos, com a adoção do CPC 47, a Administração considerou que os seguintes fatores indicam que a Empresa atua como um principal:

- A Empresa é responsável legal pelo ativo pronto construído que envolve a qualidade em relação à norma técnica, infraestrutura e segurança. Dessa forma, mesmo quando o material ou serviço são fornecidos por um terceiro diretamente para o cliente, a responsabilidade pela qualidade do material e serviço é da Empresa;
- A indicação dos fornecedores de serviços e do material é da Empresa, o que está estabelecido em contrato;
- O cliente não tem autonomia para escolher o fornecedor de serviço e material.

A tabela a seguir resume os impactos da adoção do CPC 47 na demonstração de resultado da Empresa em 31 de dezembro de 2018 para o encerramento deste ano em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

31 de dezembro de 2018	Conforme apresentado	Ajustes	Valores sem adoção do CPC 47
Receita operacional líquida	651.800	(376.872)	274.928
Custos dos serviços prestados	<u>(596.182)</u>	<u>376.872</u>	<u>(219.310)</u>
Lucro bruto	<u>55.618</u>	<u>-</u>	<u>55.618</u>

c. Tipos de contratos

Contratos por empreitada

Para os contratos de construção nesta modalidade, a receita é reconhecida pela apuração do percentual do custo incorrido de obra, em relação ao seu custo total orçado, sendo esse percentual aplicado sobre a receita reconhecida, ajustada segundo as condições dos contratos de construção - Percentual de Obra Completada (POC).

Quando os resultados de um contrato de empreitada não podem ser estimados com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos cuja recuperação seja provável.

As variações nos custos com mão de obra, reclamações e pagamentos de incentivos estão incluídas até o ponto em que esses custos possam ser mensurados com confiabilidade e seu recebimento seja provável.

Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente como despesa.

Os montantes da receita apropriada, líquidos das parcelas já recebidas, são contabilizados como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, quando aplicável. Adicionalmente, também são registrados como adiantamento de clientes os valores recebidos antes do início da execução dos contratos.

Contrato por administração

Para os contratos nos quais a Empresa é reembolsada pelos custos projetados e aprovados pelas partes - ou de outra forma definidos - acrescido de percentual (taxa de administração) sobre tais custos ou por remuneração fixa predeterminada, a receita é reconhecida com base nos custos incorridos até a data das demonstrações financeiras. Com a adoção do CPC 47, a Empresa atua como principal em vez de agente na transação de contrato por administração, assim a receita reconhecida é o valor líquido da transação recebida pela Empresa (taxa de administração) ou remuneração fixa predeterminada e a contraprestação não monetária relativa ao custo de obra (materiais e serviços subcontratados) faturados e pagos diretamente pelo cliente.

Contratos mistos

Determinados contratos preveem que o cliente irá fornecer certos materiais a ser aplicados na obra, através da contratação direta de fornecedores. Nesses casos, para apuração do percentual do custo incorrido de obra, em relação ao seu custo total orçado, os custos desses materiais adquiridos diretamente pelo cliente não são considerados como custo incorrido e não estão incluídos no custo total orçado, para fins de determinação do POC, o qual é utilizado para fins de apuração da receita que efetivamente será apropriada e recebida pela Empresa. Com a adoção

do CPC 47, a contraprestação não monetária relativa ao custo de obra (materiais e serviços subcontratados) faturados e pagos diretamente pelo cliente, que não fazem parte para fins de determinação do POC nos Contratos Mistos e por Empreitada, passa a ser reconhecida pela Empresa, devido ao enquadramento como principal na relação contratual.

Contrato pré-construção

Nesta modalidade, a Empresa faz o acompanhamento dos projetos, desenvolvidos a partir dos programas de arquitetura e disciplinas complementares, e pelo gerenciamento da equipe de projetistas. Dessa forma, são iniciados o planejamento e a execução da construção, que inclui a administração de toda a cadeia produtiva envolvida na obra, visando a atender às expectativas assumidas quanto à otimização da qualidade, prazo e custos finais. Atua desde a origem da etapa de pré-construção até o início da execução da construção do projeto.

Para os contratos desta modalidade, a Empresa é reembolsada pelos custos projetados e aprovados pelas partes - ou de outra forma definidos - acrescido de percentual (taxa de administração) sobre tais custos ou por remuneração fixa predeterminada, a receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, com base nos custos incorridos até a data das demonstrações financeiras.

(ii) CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Classificação e mensuração dos ativos financeiros e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros, de acordo com o CPC 48, é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxo de caixas contratuais. O CPC 48 elimina as categorias existentes na CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48 não produziu impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Empresa. O impacto do CPC 48 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo, demonstrando as categorias de mensuração até então vigentes no CPC 38 e as novas categorias requeridas para mensuração no CPC 48, para cada classe de ativos financeiros da Empresa, a partir de 1º de janeiro de 2018.

Ativos	Nota	CPC 38/IAS 39		CPC 48/IFRS 9	
		Categoria	Valores contábeis	Categoria	Valores contábeis
Aplicações Financeiras	7	VJR	34.444	VJR	34.444
Contas a receber de Clientes	8	Empréstimos e recebíveis	21.307	Custo amortizado	21.307
Outros créditos	10	Empréstimos e recebíveis	1.120	Custo amortizado	1.120
Caixa e equivalentes de caixa	6	Empréstimos e recebíveis	<u>2.265</u>	Custo amortizado	<u>2.265</u>
Total ativos financeiros			59.136		59.136

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas, espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável dos ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 aumentem e tornem-se mais voláteis.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas (*expected loss*) serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data-base;
- (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Como resultado da implementação do CPC 48, a Empresa adotou as premissas necessárias, identificando os ativos sujeitos à perda de crédito, no caso, o saldo de contas a receber de clientes, segregando os saldos de clientes por tipo de contrato na data de fechamento das demonstrações financeiras, avaliando o risco de inadimplência (aumento significativo no risco de crédito), baseado no histórico dos últimos três anos, definindo estágios de risco de inadimplência e como conclusão avaliamos a não necessidade da constituição de Provisão para Perdas de Créditos Esperadas no exercício findo.

A aplicação da norma não trouxe mudanças significativas nas políticas anteriormente adotadas.

4 Principais políticas contábeis

a. Receita de contrato com cliente

A receita operacional é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais concedidos.

A Empresa adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis da Empresa relacionadas a contratos com clientes são fornecidas na Nota Explicativa nº 22. O efeito da aplicação inicial do CPC 47 está descrito na Nota Explicativa nº 3 - Mudanças nas principais políticas contábeis - item (i).

b. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Benefício pós-emprego - Planos de saúde

A Empresa outorga determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego a funcionários. Esses benefícios são financiados em regime de caixa. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações, compreendendo ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas imediatamente nas demonstrações financeiras, com correspondente débito ou crédito em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. As mensurações não são reclassificadas ao resultado em períodos subsequentes.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Empresa reconhece as seguintes variações na obrigação de benefício definido líquido na demonstração do resultado (por função):

- Custos de serviço, compreendendo custos circulantes com serviços, custos com serviços passados, ganho e perdas advindas de redução significativa da expectativa do tempo de trabalho e liquidações não usuais;
- Despesas ou receitas com juros líquidos.

O custo de planos de benefícios de assistência médica pós-emprego é determinado utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros e taxas de mortalidade. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Administração considera títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente à duração da obrigação do benefício definido. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um *spread* de crédito excessivo são excluídos da população de títulos que são utilizados para identificar a taxa de juros. A taxa de mortalidade baseia-se em tábuas de mortalidade disponíveis no Brasil.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente os juros ativos e passivos oriundos, respectivamente, de aplicações financeiras e financiamentos. As receitas e despesas financeiras de atualização de contratos são ajustados pelo Índice Nacional da Construção Civil (INCC). As despesas e receitas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

e. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para item não mensurado ao VJR, os custos da transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras;
- As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa;
- Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia a essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo;
- Os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual expira, é retirada ou cancelada. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos, caso contrário é reconhecido no resultado como despesa.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Intangível

Ágio

O ágio possui como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura e é oriundo de operação realizada em período anterior à adoção dos CPCs para a elaboração das demonstrações financeiras, para o qual se adotou como política contábil manter os mesmos critérios utilizados para a elaboração das demonstrações financeiras anteriores deixando, a partir de então, de ser amortizado.

Consequentemente, o ágio passou a ser testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Se perdas acumuladas por *impairment* forem identificadas, serão reconhecidas sobre ágio e não serão revertidas. O ágio está apresentado pelo seu valor de custo menos a amortização realizada até 31 de dezembro de 2008, data de transição para os CPCs.

Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos. A amortização é reconhecida no resultado.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 - Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA;
- Ativos de contrato.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço;
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias;
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro;
- As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Empresa em condições que não seriam aceitas normalmente;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Empresa adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão beneficiar-se das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Provisão para garantias de obras

A Empresa definiu uma provisão complementar para as obras iniciadas no exercício, a título de contingência dos gastos com garantia de obras (SAC), passivos trabalhistas e cíveis, além da provisão para garantia para obras encerradas, baseada no orçamento de custos a incorrer no exercício subsequente ao encerramento das demonstrações financeiras. O valor da provisão complementar é calculado com base na média histórica dos gastos com garantia de obras (SAC) e passivos trabalhistas e cíveis dos últimos três exercícios, e representa 0,6% da Receita Equivalente.

j. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os sócios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa quando estabelecido em reunião de sócios quotistas, uma vez que não existe previsão de pagamento de dividendo mínimo obrigatório.

k. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Empresa requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação

para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

a. CPC 06 (R2) (Arrendamentos)

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019 e não deve trazer um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

A Empresa não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Empresa ainda está avaliando os impactos dessa norma, entretanto não espera um efeito significativo, pois os principais contratos são de curto prazo.

b. Transição

A Empresa pretende aplicar o CPC 06 (R2) inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada.

A Empresa planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição.

Isso significa que aplicará o CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) e a ICPC 03.

c. Outras Normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

- IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro;
- Características de pré-pagamento com remuneração negativa (alterações na IFRS 9);
- Alterações no plano, reduções ou liquidação do plano (alterações no CPC 33/IAS 19);
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas;
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- IFRS 17 - Contratos de Seguros.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	60	45
Depósitos à vista	133	242
Renda fixa - Aplicação Automática	6.985	1.978
Renda fixa - CDB	22.077	-
Renda fixa - Operações compromissadas/debêntures	68.128	-
	<u>97.383</u>	<u>2.265</u>

Os saldos de caixa e depósitos bancários compreendem basicamente numerários em espécie e depósitos bancários disponíveis em conta-corrente, respectivamente. As aplicações financeiras em renda fixa - CDB são de resgate imediato, sendo a remuneração entre 96,0% a 100,6% da variação do CDI e para operações de renda fixa - Operações compromissadas/debêntures, remuneração entre 101,0% a 102,0% da variação do CDI, cujo prazo médio de vencimento é de um ano.

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

A exposição da Empresa a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 27 - Instrumentos Financeiros.

7 Aplicações financeiras

Instituição financeira	Taxa de juros média a.a. % - CDI	2018	2017
Banco Santander S.A.	100 a 102	10.539	10.546
Banco Votorantim S.A.	100 a 102	-	2.832
Banco Safra	100 a 102	10.204	15.497
Banco Itaú S.A.	100 a 102	-	2.047
Caixa Econômica Federal	100 a 101	-	3.522
		20.743	34.444
		20.743	34.444

A movimentação das aplicações financeiras está demonstrada a seguir:

Posição em 31 de dezembro de 2017	34.444
Adição	20.278
Resgates	(34.444)
Rendimentos	465
Posição em 31 de dezembro de 2018	20.743
	20.743

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e fundos de renda fixa, remunerados à taxa média de 100% a 102% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Essas aplicações financeiras serão utilizadas para capital de giro do negócio e distribuição de dividendos aos sócios.

As receitas de juros sobre aplicações financeiras são consideradas na demonstração financeira dos fluxos de caixa como atividade operacional. Novas captações e resgates dessas aplicações financeiras são consideradas na demonstração dos fluxos de caixa das atividades de investimento.

A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 27 - Instrumentos financeiros.

8 Contas a receber de clientes

	2018	2017
Clientes	6.387	18.316
Cauções de clientes	631	2.991
	7.018	21.307
Circulante	6.793	20.926
Não circulante	225	381

A composição do saldo de contas a receber por tipo de contrato está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Contratos por administração	6.974	7.262
Contratos por empreitada	-	13.709
Contratos pré-construção	44	336
	<u>7.018</u>	<u>21.307</u>

O saldo de contas a receber de clientes por serviços executados e faturados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	2018	2017
A vencer	4.181	19.030
Vencidas	-	-
Serviços faturados	4.181	19.030
Serviços a faturar (a vencer)	2.837	2.277
	<u>7.018</u>	<u>21.307</u>

Em 2018 e 2017, a Empresa não constituiu provisão para perdas de crédito esperadas, devido a não apresentar historicamente perdas e seu risco de crédito se aproximar de zero.

9 Ativo fiscal corrente

	2018	2017
CSLL a recuperar	223	212
IRPJ a recuperar	2.149	1.511
Retenção do INSS sobre faturamento a recuperar	63	92
Outros	6	-
	<u>2.441</u>	<u>1.815</u>

10 Outros créditos

	2018	2017
Consócio MCT (Nota Explicativa nº 26 d.)	375	335
Consócio Estádio (Nota Explicativa nº 26 d.)	62	62
Valor a recuperar fornecedores	5	334
Adiantamento a funcionários	326	110
Prêmios de seguros	192	161
Depósito fiança de aluguel	105	117
Outros	20	1
	<u>1.085</u>	<u>1.120</u>
Circulante	648	722
Não circulante	437	398

11 Ativo fiscal diferido

	2018	2017
Adições temporárias na determinação do lucro real		
Provisão para contingências	4.856	3.652
Provisão para garantia de obras	7.955	8.407
Participação nos lucros e resultados	5.744	6.963
Provisão para despesas administrativas	137	234
Provisão participação nos lucros - incentivo a longo prazo	1.023	1.914
Provisão para contingências trabalhistas - CLRV	119	133
Provisão para contingências cíveis - CLRV	-	25
Provisão para tributos não recuperáveis	201	180
Benefícios a funcionários	3.171	3.877
Provisão para fornecedores a pagar	6.002	1.122
Prejuízo fiscal acumulado	13.342	17.987
Exclusão temporária na determinação do lucro real		
Amortização fiscal do ágio	(6.655)	(6.655)
Total de adições temporárias, líquidas	35.895	37.839
Alíquota nominal - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.279	12.865
No resultado do exercício (nota explicativa nº 25)	(661)	7.060
No resultado abrangente no patrimônio líquido	74	-

Composição dos ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

12 Imobilizado

Movimentação do imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

		2018		2017	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10	106	(100)	6	12
Móveis e utensílios	10	2.785	(2.398)	387	496
Equipamentos de informática	20	3.156	(3.128)	28	46
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	1.240	(1.097)	143	208
Total		7.287	(6.723)	564	762

Racional Engenharia Ltda.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2017	104	2.698	3.859	76	1.240	7.977
Adições	-	169	6	-	-	177
Baixas	2	(13)	(354)	(76)	-	(443)
Em 31 de dezembro de 2017	106	2.854	3.511	-	1.240	7.711
Adições	-	15	57	-	-	72
Baixas	-	(84)	(412)	-	-	(496)
Em 31 de dezembro de 2018	106	2.785	3.156	-	1.240	7.287
Depreciação acumulada						
Em 1º de janeiro de 2017	(85)	(2.267)	(3.663)	(32)	(966)	(7.013)
Adições	(9)	(99)	(136)	-	(66)	(310)
Baixas	-	8	334	32	-	374
Em 31 de dezembro de 2017	(94)	(2.358)	(3.465)	-	(1.032)	(6.949)
Adições	(6)	(107)	(31)	-	(65)	(209)
Baixas	-	67	368	-	-	435
Em 31 de dezembro de 2018	(100)	(2.398)	(3.128)	-	(1.097)	(6.723)
Valor contábil líquido						
Em 1º de janeiro de 2017	19	431	196	44	274	964
Em 31 de dezembro de 2017	12	496	46	-	208	762
Em 31 de dezembro de 2018	6	387	28	-	143	564

13 Intangível

	Taxa anual de amortização - %	2018		2017	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio na aquisição de cotas (*)		8.873	(2.218)	6.655	6.655
Software	20	11.384	(10.369)	1.015	1.100
		<u>20.257</u>	<u>(12.587)</u>	<u>7.670</u>	<u>7.755</u>

(*) Em 9 de setembro de 2007, a Racicorp, antiga controladora da Empresa, adquiriu 10% das cotas da Empresa, anteriormente pertencentes a sócios pessoas físicas. A referida operação gerou um ágio de R\$ 8.873 e possuiu como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. A partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2009, a amortização contábil sistemática do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) cessou completamente, permanecendo apenas a aplicação do teste anual de recuperação. Em 30 de novembro de 2011, a Racicorp cindiu a totalidade do ágio registrado naquela empresa, o qual foi incorporado pela Racional Engenharia, conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes, a valor contábil.

A movimentação do intangível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é como segue:

	Ágio Invest. Racional Engenharia	Software	Total
Custo			
Em 1º de janeiro de 2017	8.873	10.567	19.440
Adições	-	343	343
Baixas	-	(13)	(13)
Em 31 de dezembro de 2017	8.873	10.897	19.770
Adições	-	487	487
Em 31 de dezembro de 2018	8.873	11.384	20.257
Amortização acumulada			
Em 1º de janeiro de 2017	(2.218)	(8.844)	(11.062)
Adições	-	(953)	(953)
Em 31 de dezembro de 2017	(2.218)	(9.797)	(12.015)
Adições	-	(572)	(572)
Em 31 de dezembro de 2018	(2.218)	(10.369)	(12.587)
Valor contábil líquido			
Em 1º de janeiro de 2017	6.655	1.723	8.378
Em 31 de dezembro de 2017	6.655	1.100	7.755
Em 31 de dezembro de 2018	6.655	1.015	7.670

Teste de perda do valor recuperável

A Empresa avaliou a recuperação do valor contábil do ágio utilizando o conceito do “Valor em Uso”, por meio de modelos de fluxo de caixa descontado. Para fins desse teste, o ágio foi alocado nas atividades da Empresa por se tratar da UGC.

O processo de determinação do Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa são baseadas nas melhores estimativas da Administração, bem como em dados comparáveis de mercado, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica do conjunto de ativos que proporcionam os mesmos. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo médio ponderado de capital (WACC).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada até 2023. A Administração julgou apropriada a utilização deste período com base em sua experiência passada em elaborar com precisão projeções de seu fluxo de caixa. Tal entendimento está de acordo com o §35 do CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de quatro anos foi de 12% em médio ao ano em valores nominais. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de 6,4% ao ano, também em valores nominais. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- As receitas foram projetadas tendo como base o cenário de projetos contratados e a contratar no período de 2019 a 2023. Para o exercício de 2018, foi utilizada como premissa a projeção das obras já contratadas (Backlog), somadas às propostas emitidas e/ou em fase de negociação com os clientes, com base em dezembro de 2018, probabilizadas pelo êxito. Na projeção do exercício de 2019, foi considerado um crescimento da receita em função da conversão de relevantes projetos de pré-construção em obras. Nos demais anos, a Empresa projetou um crescimento linear com base no planejamento estratégico da Empresa com a entrada de obras de infraestrutura;
- Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Empresa, bem como, com o crescimento previsto das receitas;
- Investimentos de capital: Para suportar o crescimento, a Administração projeta investimentos de aproximadamente R\$ 200 ao ano. Os investimentos corresponderam à estimativa da Administração.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Empresa e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções de mercado.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos mencionados acima da Empresa, elaborado sobre as projeções realizadas sobre as Demonstrações Financeiras, perspectivas de crescimento a época e acompanhamento das projeções e dos resultados operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não foram identificadas possíveis perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

14 Obrigações trabalhistas e sociais

	2018	2017
Salários e ordenados	-	3
Participação nos lucros e resultados	5.744	6.963
Contribuição à Previdência Social	830	172
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	425	402
Férias e encargos correspondentes	5.938	5.498
Plano de incentivo de remuneração a longo prazo	1.023	1.914
Outros encargos sociais a recolher	52	729
	14.012	15.681
Circulante	12.989	13.767
Não circulante	1.023	1.914

Em 2018, foi provisionada participação nos lucros de R\$ 5.744 (R\$ 6.963 em 2017), calculada com base na política de participação dos lucros e resultados, que abrange todos os funcionários da Empresa, contabilizada como "Despesas administrativas e comerciais".

15 Passivo fiscal corrente

	2018	2017
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a recolher	345	660
Programa de Integração Social (PIS) a recolher	74	143
Imposto Sobre Serviços (ISS) a recolher	374	887
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a recolher	1.224	-
Outros impostos a recolher	183	1.499
	2.200	3.189

16 Fornecedores

a. Fornecedores

	2018	2017
Fornecedores	8.724	7.911
Cauções e Retenções (*)	3.570	4.224
	12.294	12.135
Circulante	12.246	9.387
Não circulante	48	2.748

(*) O saldo de cauções e retenções refere-se a contratos de fornecimento, a Empresa prevê a retenção de valores para liberação em prazos posteriores ao do término das obras correspondentes, como garantia de que os fornecedores cumprirão com compromissos pós-obra perante a Empresa e esta perante os clientes. A caução é constituída através da aplicação de percentual sobre o valor da mão de obra descrita no contrato do fornecedor.

b. Adiantamento a fornecedores

	2018	2017
Equipamentos para instalações elétricas e hidráulicas	208	10.230
Adiantamento para importação	266	292
Elevadores	166	215
Outros	12	9
	652	10.746

17 Adiantamento de clientes

	2018	2017
Parcela recebida em montante superior à receita reconhecida pela evolução da obra	28.637	15.107
Parcela recebida no início dos contratos	50.658	16.461
Adiantamentos recebidos para custos a ser incorridos	22	24
	79.317	31.592

18 Provisões para garantia de obras

A movimentação na provisão pode ser assim apresentada:

	2018	2017
No início do exercício	8.407	5.601
(Reversão) complemento de provisão	(452)	2.806
No fim do exercício	7.955	8.407
Circulante	5.710	7.602
Não circulante	2.245	805

Os gastos incorridos no exercício são registrados diretamente no resultado do exercício, sendo a provisão ajustada ao final de cada exercício para refletir a estimativa dos gastos com reparos durante o período de garantia remanescente.

19 Provisões para contingências

a. Depósitos judiciais

	2018	2017
Trabalhistas	12	5
Cíveis	13	13
Tributárias (*)	1.832	1.827
	1.857	1.845

(*) A Empresa efetuou depósito judicial de R\$ 1.827 em 23 de junho de 2008, que suspendeu a exigibilidade do crédito tributário vinculado a processo administrativo no qual é cobrado suposto crédito tributário de PIS referente a fatos geradores ocorridos no período de janeiro de 1997 a setembro de 1998.

b. Provisões para contingências

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários e atualmente está se defendendo judicialmente de todos os autos de infração, processos administrativos, notificações e reclamações trabalhistas em que está envolvida.

A Administração, com base nas avaliações de seus assessores jurídicos internos e externos da Empresa, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2018	2017
Trabalhistas	4.557	2.905
Cíveis	299	747
	4.856	3.652

A provisão é constituída para os processos cuja avaliação dos riscos, corroborada pelos assessores jurídicos da Empresa, indica probabilidade de perda provável.

Abaixo segue movimentação da provisão para os exercícios de 2018 e 2017:

	2018	2017
No início do exercício	3.652	2.984
Constituição de provisões	7.020	3.993
Reversão de provisões	(449)	(882)
Pagamentos realizados	(5.367)	(2.443)
No fim do exercício	4.856	3.652

c. Contingências não provisionadas avaliadas como perda possível

A Empresa possui outras contingências de naturezas trabalhista, cível e tributária, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização, conforme apresentado a seguir:

	2018	2017
Trabalhistas	5.937	52.187
Cíveis	18.782	25.109
Tributárias	2.698	2.534
	27.417	79.830

No que se refere às contingências trabalhistas e previdenciárias, a redução se deve principalmente a pagamentos e reversões substanciais de pleitos relacionados a ex-colaboradores, bem como casos em que a Empresa responde subsidiária ou solidariamente com prestadoras de serviços terceirizadas, algo pertinente ao segmento de negócios da Empresa.

No que se refere às contingências cíveis, as principais demandas judiciais da Empresa que possui probabilidade de perda possível, segundo a opinião dos consultores jurídicos, e, por essa

razão, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, correspondem as ações: a) ação declaratória com indenização por danos materiais e morais movida por prestador de serviço de obras, onde o autor da ação pleiteia o reequilíbrio econômico de contrato alegando existirem diferenças a serem quitadas pela Racional Engenharia que em contrapartida não reconhece estes valores, sendo o valor da contingência no montante de R\$ 12.848 em 31 de dezembro de 2018 (ação movida em 2018); b) ação indenizatória a título de danos materiais e morais por parte de empreendedor em obra executada em 2005 pela Racional Engenharia, no montante de R\$ 1.632 em 31 de dezembro de 2018 (valor inestimável, em processo de perícia judicial, em 31 de dezembro de 2017); e c) ação de regresso interposta por Seguradora, solicitando o ressarcimento de custos de execução de apólice de seguro onde a Racional Engenharia é cossegurada, no montante de R\$ 1.543, em 31 de dezembro (R\$ 1.292 em 31 de dezembro de 2017).

As principais demandas tributárias da Empresa que possui probabilidade de perda possível, referem-se a: a) autuação pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) no montante de R\$ 1.035 (R\$ 972 em 31 de dezembro de 2017) por supostas pendências de recolhimento de PIS sobre o faturamento do período de 01/1998 a 03/1998. Atualmente a ação administrativa encontra-se pendente de julgamento do recurso voluntário no CARF-DF em Brasília; b) impugnação administrativa à Receita Federal do Brasil, relativa a termo de intimação contestando a compensação indevida da CPRB em janeiro de 2015 no montante de R\$ 744 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 699 em 31 de Dezembro de 2017); e c) impugnação administrativa referente a auto de infração contestando a dedutibilidade de custos e despesas no exercício de 2010 para fins de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 733 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 688 em 31 de dezembro de 2017).

20 Benefícios a empregados

a. Plano de benefícios pós-emprego

A Empresa reconhece provisão para benefício pós-emprego relacionada a plano de assistência médica. O passivo líquido registrado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 3.172, classificados no passivo não circulante (R\$ 3.877 em 2017).

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e estão reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com o CPC 33.

b. Saldo das obrigações dos gastos com benefícios pós-emprego, calculados por atuários independentes, apresenta a seguinte movimentação

A atualização das obrigações foi registrada no resultado do exercício. A despesa líquida com o plano de assistência médica concedida a empregados, para os exercícios de 2018 e 2017, de acordo com cálculos atuariais realizados por atuários independentes, inclui os seguintes componentes:

	Plano de assistência Concedido 2018	Plano de assistência Concedido 2017
Atualização das provisões		
Custo no período relativo à atualização Provisões	388	447
Saldo anterior	3.877	2.699
Custo do benefício definido		
Custo do serviço corrente	-	144
Custo dos juros	388	303
(Ganhos) perdas atuariais	<u>(1.093)</u>	<u>731</u>
Passivo com benefício a empregados	<u>3.172</u>	<u>3.877</u>

c. Premissas atuariais

As principais premissas adotadas no cálculo foram as seguintes:

Modalidade	Premissa atual	
Financeiras		
Fator de capacidade para benefícios		100 %
Taxa esperada de inflação - LP		4,50 %
Taxa nominal de desconto atuarial		4,95%
Taxa nominal de crescimento dos custos médicos - Inflação Médica		3,00%
Taxa real de crescimento dos custos médicos por faixa etária - Aging Factor		1,02%
Probabilidade de permanência no plano médico após aposentadoria		17,10%
Biométricas		
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 M/F	AT-2000 M/F
Tábua de mortalidade de inválidos	N/A	N/A
Tábua de entrada em invalidez	N/A	N/A
Taxa de Rotatividade (Término de vínculo empregatício)	Nota 1	Nota 1
Entrada em aposentadoria	Nota 2	Nota 2

- (i) A tábua de rotatividade adotada reflete a taxa de: 29% (Tempo de serviço + 1) aplicada ao perfil demográfico da Empresa.
- (ii) A entrada em aposentadoria é de 60 anos (55 anos em 2015) para ambos os sexos e 10 anos de Empresa.

Análise de sensibilidade

- (i) Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas

Taxa	Total da obrigação	Variação
Real	3.172	-
Aumento +1%	2.804	(12%)
Redução -1%	3.588	13%

- (ii) Sensibilidade da inflação média sobre as obrigações calculadas

Taxa	Total da obrigação	Variação
Real	3.172	-
Aumento +1%	3.588	13%
Redução -1%	2.804	(12%)

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social, totalmente subscrito e integralizado está dividido em 21.615.393 cotas de R\$ 1,00 cada uma.

A composição do capital social pode assim ser demonstrada:

Sócio	Quotas	Valor em reais
Racional Participações S.A.	21.615.391	21.615.391
Pessoas físicas - sócios administradores	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>21.615.393</u>	<u>21.615.393</u>

b. Dividendos

	2018	2017
Reunião de sócios em 22 de março de 2017	-	205
Reunião de sócios em 28 de abril de 2017	<u>-</u>	<u>30.000</u>
Dividendos sobre os lucros acumulados	<u>-</u>	<u>30.205</u>

A distribuição de dividendos foi realizada para os seguintes sócios:

Sócio	2018	2017
Racional Participações S.A.	-	30.000
Pessoas físicas - Sócios administradores	<u>-</u>	<u>205</u>
Dividendos distribuídos e pagos	<u>-</u>	<u>30.205</u>

c. Lucros acumulados

A destinação do lucro líquido do exercício e do saldo acumulado é deliberada em reunião dos cotistas.

22 Receita operacional líquida

Receita de prestação de serviços	2018	2017
Contratos por empreitada e mistos	252.588	233.997
Contratos por administração	419.351	70.275
Contratos de pré-construção	<u>7.890</u>	<u>5.574</u>
	<u>679.829</u>	<u>309.846</u>
Deduções da receita bruta		
(-) Impostos sobre serviços	<u>(28.029)</u>	<u>(30.304)</u>
Total da receita operacional líquida	<u>651.800</u>	<u>279.542</u>

O valor total do preço da transação alocado às obrigações de desempenho que não se encontram satisfeitas (ou parcialmente satisfeitas) ao final do período de relatório é de R\$ 1.149.515.

A receita de prestação de serviços teve aumento significativo devido a implementação do CPC 47 - Receita com Contrato de Clientes, vide Nota Explicativa nº 3 - Mudanças nas principais políticas contábeis.

23 Custos e despesas por natureza

a. Custos dos serviços prestados

	2018	2017
Materiais e serviços (*)	(511.047)	(152.069)
Pessoal (nota explicativa 23 c.)	(53.315)	(64.389)
Utilidades e serviços	(20.209)	(30.645)
Ocupação	(11.611)	(15.048)
	<u>(596.182)</u>	<u>(262.151)</u>

(*) A partir de 1º de janeiro de 2018 conforme o CPC 47, a contraprestação não monetária, que são os materiais e serviços contratados diretamente pelo cliente é reconhecida pela Empresa através de contas contábeis específicas em seu plano de contas (veja - Nota Explicativa nº 3).

b. Despesas administrativas e comerciais

	2018	2017
Pessoal (Nota 23 c.)	(32.657)	(27.800)
Despesas gerais	(8.742)	(9.249)
Ocupação	(2.567)	(2.627)
Reversão da provisão de contingências	(1.225)	(849)
Provisão de benefício pós emprego	(388)	(447)
Utilidades e serviços	(999)	(1.053)
Despesas tributárias	(210)	(122)
	<u>(46.788)</u>	<u>(42.147)</u>

c. Gastos com pessoal

	2018	2017
Salários	(41.893)	(45.632)
Férias	(5.365)	(4.777)
13º Salario	(3.665)	(3.811)
INSS	(4.128)	(5.078)
FGTS	(5.265)	(6.529)
Participação nos resultados	(3.473)	(2.017)
Alimentação - PAT	(4.148)	(3.966)
Demais gastos com pessoal	(18.035)	(20.379)
	<u>(85.972)</u>	<u>(92.189)</u>

	2018	2017
Gastos com pessoal		
Custo	(53.315)	(64.389)
Despesas administrativas	(32.657)	(27.800)
	<u>(85.972)</u>	<u>(92.189)</u>

24 Receitas financeiras líquidas

	2018	2017
Receita de aplicações financeiras	3.723	5.868
Juros ativos	80	488
Total de receitas financeiras	3.803	6.356
Descontos concedidos	(197)	(722)
Juros passivos	(72)	(37)
Despesas bancárias	(231)	(410)
Total de despesas financeiras	(500)	(1.169)
Receitas financeiras líquidas	3.303	5.187

25 Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, são calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com seus valores correspondentes na demonstração do resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa apresentou as seguintes bases na apuração do IRPJ e da CSLL.

	2018	2017
(Prejuízo)/ lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	12.387	(20.448)
Alíquota nominal - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(4.212)	6.952
Compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	-	-
Ajustes:		
Despesas indedutíveis	61	-
Outros	24	108
Imposto de renda e contribuição social diferidos(correntes) no resultado do exercício	(4.127)	7.060
Corrente	(3.466)	-
Diferido	(661)	7.060
Alíquota efetiva	33%	35%

26 Transação com partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram pagos aos administradores da Empresa a título de remuneração R\$ 1.015 (R\$ 1.185 em 2017), apresentados como "Despesas de pessoal".

Adicionalmente, os administradores também são sócios quotistas da Empresa, estando o pagamento de dividendos discriminados na Nota Explicativa nº 21 b.

Não foi pago nenhum valor a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; nem (d) remuneração baseada em ações.

b. Operações

A Empresa aluga o prédio onde funciona a sua sede, de propriedade da Racicorp Comércio e Participações Ltda., tendo incorrido em despesas de aluguel no montante de R\$ 1.022 (R\$ 1.287 em 2017), registradas como "Despesas administrativas e comerciais".

c. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com quotistas e empresas ligadas do mesmo grupo econômico. Os saldos de contas correntes não preveem a incidência de encargos financeiros. Em 31 de dezembro de 2018, as demonstrações financeiras não apresentam saldos em aberto com partes relacionadas.

d. Outras transações com consórcios

Os valores a receber (ativo não circulante) no montante de R\$ 437, referem-se a resultados incorridos das operações do consórcio efetuadas pela Empresa como consorciada das operações dos Consórcio MCT e Consórcio Estádio. Os valores a pagar (passivo não circulante) no montante de R\$ 134 referem-se aos repasses a realizar à Consórcio LRV e Consórcio CEDAE, referentes às prestações de consórcios recebidas pela Empresa.

27 Instrumentos financeiros

Visão geral

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Empresa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Empresa.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração da Empresa tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Empresa está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa. A Empresa, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A Administração, visando a minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

	Nota	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	6	97.383	2.265
Aplicações financeiras	7	20.743	34.444
Contas a receber de clientes	8	7.018	21.307
Outros créditos	10	<u>1.085</u>	<u>1.120</u>
		<u>126.229</u>	<u>59.136</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

Muitos clientes vêm operando com a Empresa por mais de 5 anos, e nenhuma perda foi reconhecida para esses clientes.

A Empresa exige garantias com relação às contas a receber e outros recebíveis, efetuando retenções contratuais e cauções.

A Administração julga que a Empresa não tem risco alto de liquidez, considerando a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Empresa.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Empresa em 31 de dezembro de 2018:

	Total	Até 1 ano	Superiores a 1 ano
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	97.383	97.383	-
Aplicações financeiras	20.743	20.743	-
Contas a receber de clientes	7.018	6.793	225
Outros créditos	1.085	648	437
	<u>126.229</u>	<u>125.567</u>	<u>662</u>
Passivos			
Fornecedores, cauções e retenções	12.294	12.246	48
Outras contas a pagar	1.062	928	134
	<u>13.356</u>	<u>13.174</u>	<u>182</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Empresa, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco de taxa de juros

A Empresa está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações. Na data das informações contábeis intermediárias da Empresa, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	<u>Valor contábil</u>	
	2018	2017
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	<u>20.743</u>	<u>34.444</u>
	<u>20.743</u>	<u>34.444</u>

A Empresa realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

		Cenários					
Exposição patrimonial	Exposição Risco	Taxa de juros efetiva em 2018					
			Prováveis	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	Variação CDI	6,40%	1.328	1.659	1.992	996	664
			<u>1.328</u>	<u>1.659</u>	<u>1.992</u>	<u>996</u>	<u>664</u>
		Cenários					
Exposição patrimonial	Exposição Risco	Taxa de juros efetiva em 2017					
			Prováveis	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	Variação CDI	9,88%	3.403	4.254	5.105	2.552	1.702
			<u>3.403</u>	<u>4.254</u>	<u>5.105</u>	<u>2.552</u>	<u>1.702</u>

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Empresa é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Empresa e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração.

A existência de sistemas de informação integrados e íntegros apoia a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados.

Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Empresa é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os quotistas e o risco para quotistas e credores.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

		Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2018
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	97.383	-	97.383
Aplicações financeiras	7	20.743	-	-	20.743
Contas a receber de clientes	8	-	7.018	-	7.018
Outros créditos a receber	10	-	1.085	-	1.085
		<u>20.743</u>	<u>105.486</u>	<u>-</u>	<u>126.229</u>
Passivos					
Fornecedores	16	-	-	12.294	12.294
Outras contas a pagar		-	-	1.062	1.062
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.356</u>	<u>13.356</u>
		Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2017
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	2.265	-	2.265
Aplicações financeiras	7	34.444	-	-	34.444
Contas a receber de clientes	8	-	21.307	-	21.307
Outros créditos a receber	10	-	1.120	-	1.120
		<u>34.444</u>	<u>24.692</u>	<u>-</u>	<u>59.136</u>
Passivos					
Fornecedores	16	-	-	12.135	12.135
Outras contas a pagar		-	-	1.388	1.388
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.523</u>	<u>13.523</u>

a. Valor justo

a.1 Instrumentos financeiros derivativos

A Empresa não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

a.2 Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2018.

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

- **Nível 2** - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Empresa não possuía nenhuma operação a ser classificada.

* * *

Newton Simões Filho
Diretor-presidente

André Racy Simões
Diretor-executivo

Fábio Bittencourt Ramos de Oliveira
Diretor de Planejamento Estratégico e Finanças

Lucas Mendonça de Andrade
Contador - CRC BA-039022/O-8